



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS
Comissão Permanente de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

JUSTIFICATIVA

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Cristinápolis, instituída pela Portaria nº 07, de 04 de janeiro de 2021, vem apresentar Justificativa de Inexigibilidade de Licitação para a visando à contratação de empresa especializada em Direito de Uso do Software ERP CONTABILIS e seus respectivos módulos: 1. Planejamento Orçamentário, Administrativo e Financeiro, Contabilidade e Lei 131; 2. Controle interno; 3. Folha Pagamento, gestão de Pessoal, Portal do Servidor Público; 4. Compras, licitações e pregão gerencial; 5. Contratos/Convênios; 6. Almojarifado; 7. Patrimônio; 8. Portal do Cidadão (lei de acesso a informação); 9. Cubo BI - Informações Gerenciais, e 10. Assinatura Digital, para o exercício de 2021, para esta Câmara Municipal.

Sabe-se que esta Câmara Municipal de Cristinápolis, por força da sua natureza jurídica, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime porque utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou, principalmente, possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso!). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A Legislação infraconstitucional aponta inexigibilidade, onde se deflue do *caput* do artigo 25, que é vedada a deflagração do Processo, porquanto lhe falta o requisito essencial à sua procedibilidade, ou seja, a competição, sem a qual a Licitação seria uma burla.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, *caput*, determina que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Analisando-se, agora, o requisito exigido para se configurar a inexigibilidade nesses moldes, qual seja a inviabilidade, vê-se que o objeto que



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS
Comissão Permanente de Licitação

se pretende contratar -o Direito de Uso do Software ERP CONTABILIS e seus respectivos módulos: 1. Planejamento Orçamentário, Administrativo e Financeiro, Contabilidade e Lei 131; 2. Controle interno; 3. Folha Pagamento, gestão de Pessoal, Portal do Servidor Público; 4. Compras, licitações e pregão gerencial; 5. Contratos/Convênios; 6. Almoxarifado; 7. Patrimônio; 8. Portal do Cidadão (lei de acesso a informação); 9. Cubo BI - Informações Gerenciais, e 10. Assinatura Digital, para o exercício de 2021, preenche o mesmo.

O licenciamento de uso do Software CONTABILIS: 1. Planejamento Orçamentário, Administrativo e Financeiro, Contabilidade e Lei 131; 2. Controle interno; 3. Folha Pagamento, gestão de Pessoal, Portal do Servidor Público; 4. Compras, licitações e pregão gerencial; 5. Contratos/Convênios; 6. Almoxarifado; 7. Patrimônio; e 8. Portal do Cidadão (lei de acesso a informação), para o exercício de 2021, o trabalho prevê a utilização de diagramas, relatórios, gráficos, planilhas, sistematização de informações com a atualização sobre dados, rotina de consolidação de informações, integração com fontes de dados heterogêneas e demais funcionalidades disponibilizadas somente por meio da automação de sistemas de informação especialistas e específicos para as respectivas áreas, integradas à área administrativa.

É imperioso ressaltar que a criação e a implantação de todo objeto em análise é de exclusividade da empresa citada abaixo e proporcionará excelência no atendimento dando celeridade, eficiência e qualidade nos trabalhos desenvolvidos por esta Câmara.

Ante ao exposto, culmina a inviabilidade de competição, o que caracteriza e autoriza a utilização do instituto da inexigibilidade de licitação, posto que a concorrência é inviável face à exclusividade da Empresa na prestação desse serviço para o fornecimento desses sistemas de caráter personalíssimo e à incapacidade de comparação objetiva.

Assim, vencido o requisito necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da empresa 3TECNOS COMERCIAL LTDA, não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, no dispositivo enumerado na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta, além de ser a detentora da criação e licenciamento dos programas.

2 - Justificativa do preço - Os preços apresentados pela 3TECNOS COMERCIAL LTDA, estão estabelecidos de acordo com os preços praticados pela mesma no mercado e permanecem inalterados. Ademais, os preços



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS
Comissão Permanente de Licitação

apresentados pelos serviços a serem adquiridos encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os padrões de mercado estabelecidos e praticados no âmbito comercial pelas empresas de software, além do que, convém ressaltar, preços justos e dentro de parâmetros aceitáveis.

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global de R\$ 26.400,00 (vinte seis mil e quatrocentos reais), para o exercício de 2021, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

- UO: 01001 - Câmara Municipal de Vereadores
- Ação: 01.031.0008.2001 - Manutenção das atividades da Câmara Municipal
- Classificação Econômica: 3390.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - P. Jurídica.
- Fonte de Recursos: 10010000

Por fim, não finalmente, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando a necessidade precípua do Poder Público em atender a legislação, cumprir com os prazos legais e manter, no Órgão Público Municipal, a organização, padronização e integração dos procedimentos de todos os setores, e a importância e a obrigatoriedade da contratação dos aludidos serviços, já que ficou comprovado que, somente através de sistemas informatizados específicos, o volume de dados, a precisão, a frequência e a qualidade das informações exigidas pela legislação poderão ser obtidas;

Considerando que a 3TECNOS COMERCIAL LTDA, é a empresa que oferece uma solução completa e integrada de sistemas informatizados para a Administração Pública Municipal, observadas, neste caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas pela mesma;

Considerando que os sistemas e serviços oferecidos pela 3TECNOS COMERCIAL LTDA, representam uma alternativa pertinente, pois, já foram testados e utilizados com sucesso comprovado, não só por este Órgão Público Municipal, mas, por muitos outros. Portanto, sua contratação no uso dos sistemas e serviços demonstra eficiência por parte desta Câmara Municipal;

Considerando que a 3TECNOS COMERCIAL LTDA, é a detentora dos programas e que possui equipe de técnicos capacitada e infraestrutura completa com equipamentos, veículos, telefones, além de escritório preparado para o atendimento e treinamento dos servidores;

Finalmente, porém não menos importante, diante de todas as razões acima expostas, opina a Comissão Permanente de Licitação pela contratação direta dos serviços da Proponente - 3TECNOS COMERCIAL LTDA sem o

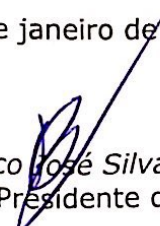


ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTINÓPOLIS
Comissão Permanente de Licitação

precedente Processo Licitatório, *ex vi* do *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente desta Câmara Municipal, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica suso aludida.

Cristinópolis/SE, 04 de janeiro de 2021.


Francisco José Silva de Mesquita
Presidente da CPL


Jaqueline Santos Guimarães Araújo
Secretária


Roniex da Silveira
Membro

Ratifico!
Em 04/01/2021.


Adelmo Gonçalo Dias dos Santos
Presidente da Câmara Municipal